



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: JOÃO JORGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 04 DE AGOSTO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, de 2020.

Informo que este evento é transmitido através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* “Auditórios On Line”. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no mesmo endereço, no link “Audiências Públicas - Registro Escrito”.

Esta audiência pública foi convocada para discutir o Projeto de Lei 452/2020, de autoria do Executivo, que estabelece medidas para o retorno às aulas presenciais no município de São Paulo. Presente, ao meu lado, o Secretário Municipal da Educação, Sr. Bruno Caetano, representando o Poder Executivo. Há aqui menção aos dois promotores de justiça que participaram na semana passada, os quais vou citar, e, se estiverem presentes, podem se manifestar: Dr. Daniel Serra Azul Guimarães e Dr. João Paulo Faustinoni e Silva. Se estiverem presentes, muito obrigado; e se quiserem se manifestar, fiquem à vontade.

Registro a presença dos Vereadores Vereador Caio Miranda Carneiro, Fabio Riva, Líder do Governo na Casa, Toninho Vespoli, Celso Giannazi e Zé Turin.

As inscrições foram feitas, e, antes de começar, quero fazer uma observação. Como Presidente da Comissão, eu, particularmente, recebi algumas críticas no sentido de ter dado pouca oportunidade para os populares se manifestarem. Entendam que, de maneira alguma, irei preterir os sindicatos, quero dar voz a pelo menos 1 representante de cada sindicato ou associação. Muitos Vereadores, naquele dia, não compreenderam eu ter dado a palavra a Vereadores, mas tenho que dar a palavra a Vereadores, porque eles são aqueles que vão ouvir os representantes das categorias, vão ouvir os pais e vão votar. Os Vereadores discutem e querem tanto expor sua opinião para o Secretário como questioná-lo. Então, tenho que, obrigatoriamente, dar a palavra aos Vereadores presentes. Sei que sempre acabamos cometendo alguma injustiça, sempre acabamos errando. As pessoas que acabam não conseguindo se manifestar sentem-se preteridas, injustiçadas. Então, tentarei ser o mais democrático possível, o mais correto possível ao dar voz. É uma audiência pública com

duração de 2 horas, temos que encerrar às 15 horas devido ao início da sessão plenária da Câmara.

Secretário Bruno Caetano, já peço ao senhor para me dizer de quanto tempo precisará no final. Eu vou lhe conceder o tempo que o senhor precisar no final e, claro, no começo também; mas encerraremos às 15h porque as Comissões têm que encerrar os trabalhos para o início da sessão plenária. O Vereador Reis está sugerindo começarmos dando a palavra a uma pessoa do povo. Então, vou chamar uma pessoa do povo, um representante, um Vereador. Peço que os Vereadores também tenham um pouco de paciência comigo, pois darei a palavra a todos. Eu mesmo vou presidir e procurarei falar menos. O Vereador Claudio Fonseca tem uma explanação a fazer antes.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Concordo com o encaminhamento de V.Exa., pois eu também estava preocupado por termos recebido muitas críticas, e a população, os pais e as mães tiveram poucas oportunidades de falar. Quanto ao posicionamento dos sindicatos, votei contra o projeto e votarei contra novamente, o que já é de conhecimento das pessoas e da Comissão. Então, para privilegiarmos nesta oportunidade a manifestação de pais, mães, familiares que têm posicionamento contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Aqueles que não forem chamados não será porque foram preteridos. Tanto faz, as posições são muito parecidas, professor. Tenho notado nessas últimas semanas, Secretário Bruno Caetano... Acho até que havia um sentimento maior pela volta às aulas. Inclusive uma manifestação do próprio Secretário Bruno Caetano, que está aqui ao meu lado esta semana, dizendo que dificilmente haverá retorno no dia 8 de setembro, acho que isso deu também uma apaziguada, uma acalmada. A manifestação que ouvi do próprio Prefeito dizendo que as aulas não voltarão se não houver toda segurança da Saúde foi muito importante. As pessoas estavam realmente preocupadas, e ainda estão, é justo que estejam. Os pais estão preocupados, os profissionais estão preocupados, toda a sociedade está preocupada porque preocupa-nos a todos a contaminação, a infecção. Também preocupa àqueles que estão analisando a evolução da qualidade da educação, se pode ou não haver

uma regressão. Preocupa às famílias mais carentes, que querem ver os filhos na escola para estudar ou se alimentar ou para os pais trabalharem. Então, é um assunto apaixonante e que divide opiniões, e temos que aprender com isso, assim é a democracia. As opiniões estão divididas; alguns concordam, outros não. Para isso, existe o Parlamento, e vamos ao debate. Percebo que os ânimos estão mais serenados depois da sua manifestação e depois da manifestação do Prefeito Bruno Covas de que não haverá volta que coloque em risco a saúde de professores, de alunos e de familiares, porque muitas crianças têm familiares idosos em casa. Sou bastante seguro de que o Poder Público não fará nenhuma bobagem, não se precipitará, principalmente depois da manifestação do Prefeito. Pelo menos na cidade de São Paulo a volta será apenas quando a Saúde se manifestar.

Vou abrir as inscrições. O Secretário Bruno Caetano fará a primeira explanação. O primeiro inscrito, como sempre, é o professor Claudio Fonseca, que está aqui hoje ao meu lado trajado de Yasser Arafat. Em seguida, abrirei para um popular, um representante de sindicato, um Vereador, e iremos alternando da maneira mais democrática possível. É claro que não vou aqui ficar tolhendo o tempo do Secretário, mas o Secretário me disse que a sua primeira explanação não demorará muito tempo, até para ele poder ouvir também. Peço aos Vereadores que respeitem o tempo de 3 minutos.

O Vereador Caio Miranda pediu uma questão de ordem. Por favor.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Sr. Presidente, sugiro que o tempo dos Vereadores fosse controlado, para mais pessoas participarem.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Tem a palavra o Sr. Secretário Bruno Caetano.

O SR. BRUNO CAETANO – Obrigado, Sr. Presidente.

Em nome do Sr. Presidente João Jorge, Presidente da CCJ, cumprimento todos os parlamentares aqui presentes, todos que nos veem em casa e todos que participam desta audiência pública pela internet. Vou fazer uma explanação muito rápida, para privilegiar a escuta de todos, para que, no final, eu possa contemplar, na minha manifestação, o maior

número possível de questionamentos. Em primeiro lugar, numa fala rapidíssima, digo que o Poder Executivo, a Prefeitura de São Paulo, o Sr. Prefeito Bruno Covas tem nos orientado a participar de todos esses debates. Já é a quarta ou quinta vez que venho a esta Casa, com muito prazer, porque comecei minha vida pública nesta Casa. É a quarta ou quinta vez que discutimos aqui a questão da educação durante o tempo da pandemia, fora as outras manifestações e participações que a gente tem feito ao longo deste ano, à frente da Secretaria Municipal de Educação.

Lembro que fizemos também uma grande rodada de conversas com os 13 diretorias regionais, em conversas que duraram, pelo menos, quatro horas cada uma. Fizemos ainda, na última semana, uma nova conversa com os representantes sindicais. Eu vejo muitos aqui presentes nesta audiência pública, mesmo que por meio virtual. Tivemos também a oportunidade de conversar com o Ministério Público, com os dois Promotores aqui já citados. Tivemos a oportunidade ainda, na semana passada, de conversar com o Conselho de Alimentação Escolar. numa conversa intermediada pelo Ministério Público Federal e pela própria Justiça Federal, para encaminharmos os usos dos recursos do PNAE.

Hoje fazemos mais um debate, mais uma conversa baseada em três questões fundamentais: A primeira delas é a prevalência, nessa discussão, da Saúde Pública. O Prefeito Bruno Covas disse isso na semana passada, reiterou nesta semana e eu mesmo, por várias vezes, tive a oportunidade de tranquilizar a todos de que o que discutimos, neste momento, não é quando as aulas retornarão, mas sim as condições, o planejamento, o planejamento necessário para que a Secretaria Municipal de Educação, no momento em que a Saúde definir e possa dar toda segurança para toda a comunidade escolar. Então, reitero aqui: “Não há data marcada para o retorno às aulas e esse projeto não discute, em absoluto isso. Votar a favor desse projeto não significa votar a favor da volta às aulas neste momento. É importante deixar isso claro desde o início. Não apreciar e interditar o debate, neste momento, é sim jogar contra a Saúde, na nossa visão, porque é importante, neste momento, nos prepararmos e é disso que esse projeto trata. Então, não há data”.

Mais ainda, amparados pela Medicina e pela Saúde, o Prefeito Bruno Covas e o Sr. Secretário Edson Aparecido anunciaram ontem a realização de um inquérito sorológico com os estudantes da rede pública, na cidade de São Paulo, rede pública municipal e estadual, para que, ao final desse levantamento científico, possamos ter ainda mais elementos para juntos tomarmos a melhor decisão. E esse levantamento deve ser finalizado no final do mês de agosto. Portanto, até lá, não haverá nenhuma mudança por parte da Prefeitura de São Paulo, porque os resultados só estarão prontos ao final deste mês ou muito provavelmente no início do próximo mês.

A segunda questão que eu queria deixar aqui, de maneira muito rápida, diz respeito à legalidade. Essa tem sido a premissa, Quem é gestor público tem sempre que observar a legalidade; e aqui temos feito isso, e esta Casa não se furtou, em nenhum momento, de apreciar os projetos do Prefeito Bruno Covas, para que a nossa legislação pudesse ser melhor arrumada, para termos as melhores condições no retorno às aulas, e esse projeto trata absolutamente disso, de dotar a Secretaria Municipal de Educação de instrumentos novos, dentro da lei, para que possamos juntos superar esse desafio, e tenho absoluta tranquilidade, como já expus, na semana passada, de dizer que o projeto não esbarra em nenhum aspecto, no que diz respeito à constitucionalidade da medida e, muito menos, da legalidade. Podemos entrar novamente nesse assunto se fizer necessário.

Por fim, antes de ouvi-los, falo da questão orçamentária. A gente tem que observar as questões do orçamento da Cidade. a gente hoje tem um *déficit* na área da Educação, de mais de um bilhão de reais. São despesas que a secretaria vai assumir neste ano, até o final do ano, sem a respectiva cobertura da receita resultante de impostos da tradicional vinculação das verbas da Educação.

Mesmo com essas dificuldades e escutando a população, esse assunto apareceu aqui na semana passada. Nós fizemos um novo esforço, mesmo sem a compreensão do Governo Federal. Quanto à liberação dos recursos federais da alimentação escolar, o Sr. Prefeito anunciou, na última quinta-feira, a universalização do cartão merenda, para trazer,

ainda mais, tranquilidade para as famílias e para as pessoas de que essa decisão será tomada pela Saúde.

Vamos dotar as nossas crianças e nossas famílias de todos os instrumentos necessários, para permanecerem em casa, enquanto a Saúde entender que o mais seguro é permanecer em casa.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado por essa fala inicial, e fico aqui à disposição para os demais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O primeiro que se inscreveu foi o Vereador Claudio Fonseca. Como inclusive tem bastante interesse na categoria, vai ser o primeiro a falar

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente e Srs. Vereadores, cumprimento a todos, inclusive o Sr. Secretário. É bom que se esclareça que a discussão, neste momento, se dá em torno do projeto de lei substitutivo. projeto original. Foi apresentado um substitutivo ao projeto original na sessão da quarta-feira passada. Então, esse projeto foi modificado, publicado no *Diário Oficial* o projeto que foi aprovado.

Votei também contrário ao projeto substitutivo, na medida em que ele mantém aquele artigo do Programa Mais Educação Infantil. O Secretário disse agora que não há problema de constitucionalidade. Na sessão anterior, na audiência pública, ele disse inclusive que não havia ilegalidade porque as despesas decorrentes desse programa não seriam consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino. Depois, na resposta, eu peço para o Secretário identificar, no projeto, qual o artigo, inciso, parágrafo que contém exatamente essa desvinculação, que a compra de vagas na educação infantil inclusive de entidades com fins lucrativos não vai onerar a verba vinculada com manutenção e desenvolvimento de ensino. Eu não localizei e, mesmo depois da audiência pública, no substitutivo também não tem contido um artigo dessa natureza.

Foram alterados, no substitutivo, o artigo 12 e o artigo 13. Mesmo quando se fala em contratação temporária, havia lá uma das alterações da lei que dispõe sobre contrato temporário, que incluiu o item “d”. Ali até teria um interesse para que as pessoas contratadas e

os alunos também não fossem prejudicados, para que o contrato seja prorrogado até o fim do ano letivo, porque, senão, terminará em novembro, por exemplo, se encerrará o contrato, e os alunos ficarão sem aula enquanto os professores estiverem em licença. Até esse artigo foi suprimido do projeto, que já não era bom.

Nesse aspecto das contratações, há outro artigo também que dispõe sobre o contrato de serviços. Todos nós sabemos que as escolas hoje estão sem condições sanitárias, e o pessoal de limpeza é muito pequeno para as tarefas que estão colocadas; inclusive, na minuta que dispõe sobre medidas para a retomada, lá deixa muito claro que vão precisar muito mais pessoas de limpeza. Por um lado, nós queremos que sejam convocados os ATEs para assumirem os seus cargos; por outro, é necessário, em caráter emergencial, aumentar a quantidade de pessoal de limpeza, de manutenção, de conservação para se ter arejamento, para realizarem as tarefas que deixarão a escola em condições para quando retornar. Esse item também foi retirado; acho que é o 17, se não me falha a memória. “Os contratos de limpeza e insumos poderão ser redimensionados, considerando os novos protocolos sanitários, a desinfecção do ambiente, o número de estudantes, de educadores e a frequência nas unidades”. Está sendo feito um *mix* aqui, considerando que as escolas são diferentes, de tamanhos distintos. Não se pode ser somente, considerando a questão da metragem, haver três pessoas num CEU, por exemplo. Esse artigo caiu no substitutivo, deixando ainda mais problemático o projeto, que eu já votei contra.

Então, houve alteração do artigo 12, do artigo 13, nos contratos emergenciais dos professores e ATEs. Necessárias, Secretário. Eu sei que tem o problema da aferição de cotas, tanto racial quanto de deficiente, emergencial. Conversei com a Secretaria, que diz que uma solução é vincular a aferição de cotas no dia da escolha. Isso é importante. Nós vamos suprimir uma etapa, vai dar para homologar os concursos de ATE e de coordenador pedagógico em tempo de chamar neste ano, em ano eleitoral. Se não houver homologação até o dia 15, não se poderá chamar mais. Por isso, há concordância. Eu acho que nós poderíamos inclusive incluir no projeto, ao invés de ser um decreto, um artigo na lei para que, nessa etapa de

aferição, se faça junto a escolha. Ao comparecer para escolher, a pessoa já poderá fazer a aferição da condição de negro, negra, afrodescendente e também de deficiente. Isso vai abreviar, e nós vamos ter tempo, o Secretário vai poder homologar o concurso com a garantia de que ninguém vai embargar a escolha porque foi desrespeitada a regra de cota.

Eu vou ficar por aqui, porque todos sabem o meu posicionamento em relação a esse projeto, que sou contrário. Eu acho que as medidas sanitárias necessárias para a escola não estão contidas no projeto; não há uma medida sanitária aqui. Há os programas, material escolar, uniforme escolar, o Mais Creche, a questão da contratação, mas nós não abrimos o projeto de lei, a lei dizendo “medidas sanitárias necessárias para quando retornar”. Eu sei que há gente que diz que não precisa conter, mas, se o problema está exatamente no que ele diz (interferência sonora), medidas para a retomada das unidades escolares, quando acontecer, então, nós precisamos saber quais são as medidas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Claudio Fonseca.

Eu informo àqueles que estão *online* que alguns estão com os microfones abertos. Eu pediria só para tomarem esse cuidado.

- Manifestação.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Quem é?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Só para me inscrever, Presidente. Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Suplycy, bem-vindo. Está inscrito. Eu expliquei que nós vamos alternando entre populares, sindicalistas e vereadores. Está bem, Vereador Suplycy?

- Interferência sonora.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Camila Santos Lisboa falará agora como cidadã. Depois, entraremos na lista das entidades, e a primeira a se inscrever foi o Sinpeem.

Tem a palavra a Sra. Camila por três minutos.

A SRA. CAMILA SANTOS LISBOA – Boa tarde a todos e todas que estão

assistindo, que estão acompanhando esta audiência pública. Meu nome é Camila, eu sou professora de Educação Infantil da rede municipal de São Paulo e eu estou aqui para falar um pouco das minhas considerações sobre esse projeto de lei.

Eu tenho bastante acordo já com o que foi apresentado sobre as problemáticas e as lacunas que esse projeto apresenta. Eu reitero a posição das trabalhadoras da Educação, das comunidades escolares e dos estudantes que foram ouvido e se posicionaram contrariamente ao retorno neste momento, pois ainda estamos no meio da pandemia, com mais de cem mil vidas perdidas, sendo mais de 20 mil só no Estado de São Paulo, e que é fruto também de políticas irresponsáveis e genocidas que não garantiram o isolamento social de qualidade, o controle e a atenção que essa pandemia deveria ter recebido. Muitas dessas mortes que nós tivemos também no Estado de São Paulo são dos trabalhadores da Educação, que inclusive continuaram trabalhando em sistema de rodízio nas escolas desde o início da pandemia.

Então, sobre o PL especificamente, por mais que se apresente como um plano de medidas para o retorno às aulas parece que na essência há um pacote que visa sucatear ainda mais a educação pública municipal. É isso que a gente tem enxergado. Parece que a Prefeitura tem se utilizado desse momento de calamidade pública para dar seguimento a um projeto privatista de desmonte da educação pública municipal. É o que parece que está nas entrelinhas.

Quando se fala, por exemplo, na compra de vagas em escolas da rede privada está tirando verba da educação pública para jogar no colo dos grandes empresários da educação. Isso é uma afronta, um desmonte da educação pública municipal. Lembrando que grande parte das CEIs já são conveniadas, da rede indireta.

Reconheço que isso não começou neste Governo, mas vem se aprofundando. Isso é só um ponto. Outro ponto é a contratação de até 20% do total de vagas. Isso para mim abre precedentes, como a gente já viu na rede estadual, de divisão da categoria, de precarização do trabalho, de não chamamento dos concursos públicos.

O projeto em si, por mais que fale que apresente medidas para o retorno, falta muita coisa, não dá segurança nenhuma, não apresenta um cronograma de médio a longo prazo, não fala em construir escolas para dar conta de demanda das escolas da rede direta, não fala de chamar os concursados, não fala em abrir novos concurso.

E aí vai ter *voucher* para compra de material e de uniforme. Como isso vai funcionar? Não tem critérios, não fala o valor. São alguns pontos que mexem estruturalmente tanto na carreira quanto nas formas de organização da rede municipal de São Paulo que está sendo levada aos atropelos. Não tem uma discussão de fato. Eu acompanhei a última plenária e parece que há uma pressa em votar e não tem sido discutido com a profundidade que deveria.

Estou aqui hoje fazendo a defesa da educação pública, a defesa da verba pública para a escola pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Camila Santos Lisboa. Estava inscrita como popular, mas pelo discurso não me parece que falou como uma mãe. Falou como alguém representando o setor da educação. Tudo bem, mas não consegui ainda chamar um munícipe, fui tão criticado por não atender munícipes.

Tem um nome aqui que me parece ser munícipe. Não que a Sra. Camila não seja munícipe, mas o discurso dela foi articulado em defesa de uma categoria.

Tem a palavra o Sr. Vagner Alves de Oliveira. Está presente?

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador, pela ordem, gostaria de fazer a inscrição pelo Sedin.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O Sedin está inscrito para falar depois do Sinpeem.

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vagner Alves de Oliveira, por favor, três minutos.

O SR. VAGNER ALVES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. É com muita indignação que vejo este PL percorrendo a democracia brasileira.

A Prefeitura de São Paulo sempre foi a vanguarda em todo o território e quando vemos um projeto de lei desse avançando, causa medo, arrepio e indignação. Você tirar dinheiro da escola pública que atende milhares de pessoas para colocar em uma escola particular é uma afronta aos trabalhadores, aos munícipes. Eu queria que vocês, Vereadores, pensassem que antes de votar este projeto, os senhores conhecessem a escola pública porque me parece que vocês não conhecem a escola pública.

O Sr. Secretário falou em planejamento. Sr. Secretário, para ter um planejamento, você tem de conhecer a escola. Como é que você tira dinheiro da escola pública para colocar na escola privada sendo que a escola pública não tem nem sabonete líquido, não tem papel higiênico, não tem funcionário. É um sistema de educação que está sendo simplesmente desmontado. Ele vem sendo desmontado. Há interesse de quê? Há interesse de quem? Precisamos ter muita calma quando falamos de política pública. Política pública para quem? Para os grandes empresários ou para o trabalhador que honra seus impostos?

Hoje eu me inscrevi. É a primeira vez que me inscrevo porque estou muito indignado porque no meio de um processo pandêmico, no meio de uma questão humanitária de saúde, a maior cidade da América Latina quer tirar dinheiro da escola pública. A escola pública forma muitas pessoas, que tem, sim, suas deficiências, mas tem também as suas qualidades. Quem está na escola todos os dias merece o respeito, admiração e bom-senso na hora de votar.

Não vejo esta Casa com bom-senso. Esta Casa que diz ser a Casa do Povo, que age com o povo, para o povo. Não vejo isso. O que vejo é o desmonte, a sangria. Nada mais do que isso.

As crianças vão voltar às escolas com os mesmos problemas de antes: salas super lotadas e sem ventilação; banheiros precários; professores totalmente desmotivados, mal remunerado e mal formado. Enquanto os Srs. nobres Vereadores têm um gabinete farto, têm

uma casa muito bem aparada. Seria um pouco sair dessa mansão de vocês e realmente conhecer as escolas, conhecer o chão, ai sim, vocês terão elementos para votar este PL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado.

Agora, Célia Cordeiro da Costa, pelo Sinpeem. É a primeira entidade a ser chamada.

(NÃO IDENTIFICADA) – Algum administrador habilita o *chat* porque se não eu vou ter de ficar interrompendo os colegas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O que está acontecendo com o *chat*? Aqui está entrando. 13h35 entrou a última mensagem.

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu fui a primeira a entrar e estou desabilitada no *chat*. Coloquei até a imagem para não ter que atrapalhar as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Aqui está entrando, 13h36min. Entrou mais uma mensagem pelo *chat*.

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu estou desabilitada. Sou mãe de aluno.

(NÃO IDENTIFICADA) – Presidente, algumas pessoas estão desabilitadas. Não são todas. São algumas. Tem de habilitar para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O nosso *chat* é pelo Teams, né. Dá uma olhada pelo Youtube, para ver se tem como, porque estamos pelo aqui pelo *chat* do Teams, e eu estou recebendo todas as mensagens aqui. Está aqui: 13h36min. Está entrando uma mensagem atrás da outra pelo *chat*. É do Teams.

Por favor, Célia Cordeiro, pelo Sinpeem.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO – Boa tarde a todas e a todos.

Todos já conhecem o posicionamento do Sinpeem, aqui reafirmado pelo Professor Claudio Fonseca. Nós somos contra este PL. Nós defendemos que ele seja arquivado, esquecido. E eu me dirijo aos 32 Vereadores que votaram a favor na primeira votação. Vocês estão promovendo o maior ataque à escola pública, como nós defendemos: escola pública,

laica, estatal, gratuita, para todos e de qualidade. O maior ataque ao erário público. Vocês estão promovendo um ataque aos concursos públicos. Concurso público que é uma instituição que lutamos muito para conquistar. O Sinpeem esteve nas ruas para conquistar a 11.434, que possibilitou que toda a vez que haja 5% de cargos vagos, convoque-se concurso público. E nós temos concursos públicos em vigor e nós defendemos que esses concursados sejam chamados; que o concurso de CP, que o concurso de ATE seja homologado o mais rápido possível.

Entendemos que o Executivo já tem todo o arcabouço legal, os instrumentos legais, para preparar as escolas para o retorno no ano que vem. Defendemos que seja só no ano que vem. Defendemos o ensino presencial, mas, neste ano, estamos defendendo a vida em primeiro lugar, a segurança sanitária, a saúde das crianças e de toda a comunidade escolar. Então, para voltar no ano que vem, que este ano seja usado, e os instrumentos que capacitam o Executivo para fazê-lo já estão aí. Não precisa votar este PL. Aumentar os módulos. Os módulos de ATE vão ter de ser dobrados para obedecer a minuta proposta por SME.

E, mais que tudo isso: este projeto tem um alcance de aprofundar uma terceirização que já drena anualmente mais de 3 bilhões das verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento da Educação, do ensino. Comprar vagas de uma rede parceira que está sendo investigada, como eu falei na outra audiência, está sendo investigada. A “máfia das creches” existe. Neste ano mesmo, a própria SME teve de descredenciar mais de cem contratos. E os 32 Vereadores que votaram, vocês estão construindo..., com a opinião pública..., vai notar que vocês estão atacando a escola, e vocês vão ser conhecidos, daqui para frente, como os vendilhões da escola pública, os vendilhões da Câmara. Porque estão vendendo o recurso público que é direcionado à escola pública, à Educação.

Eu sei que o Secretário fala aqui que não vai ser usada...

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Por favor, concluindo.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO – Concluindo, não vai ser usada a verba da Educação.

E se não vai ser usada, que seja usada, então, para constituir uma renda mínima básica cidadã, que é muito mais interessante neste momento.

É o Sinpeem lutando pela Educação pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Célia.

O próximo a falar será o Vereador Caio Miranda Carneiro.

Eu, como Presidente da CCJ e Vereador que sou, os 32 Vereadores que votaram representam alguém, representam alguém. Então, é importante se respeitar. Eu sou amigo do Professor Claudio Fonseca. Ele representa, eu respeito o voto dele. Ele vota do jeito que a consciência dele manda e vota, inclusive, atendendo a quem o elegeu. Assim foram os 32. Portanto, tem de respeitar aqueles que votam diferente daquilo que a gente pensa. Eu respeito a posição de cada um, mas também há de se respeitar aqueles que pensam diferente.

Vereador Caio Miranda Carneiro.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Obrigado, Presidente.

Eu vou aproveitar a presença do Secretário para novamente falar do § 3º, do artigo 7º, que trata justamente da possibilidade de contratação de vagas em instituições privadas com fins lucrativos. Eu falei na outra audiência pública que, para mim, este ponto tem de ser melhor redigido, porque da forma que está, ele é ilegal...

(NÃO IDENTIFICADA) – Não está na Comissão de Educação. Aqui, no seu telefone, na CCJ. Eu vou deixá-lo mudo.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Vamos lá, Caio. Paciência.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Portanto, o § 3º, do artigo 7º, inclusive propusemos uma emenda, que eu espero que o Executivo abrace a emenda, que tornaria o texto claro, deixando que caso o número de instituições de ensino credenciadas no artigo 7º seja insuficiente para atender a demanda, o Executivo fica autorizado, a seu critério, a efetuar chamamento público para credenciamento de escolas que não se enquadrem no previsto no inciso I, do *caput* do artigo, desde que os valores utilizados para o pagamento destas

instituições não sejam abarcados dentro do percentual mínimo de 25% de aplicação e recursos para a Educação, conforme previsto na Constituição, artigo 212.

Então, para mim, é fundamental. Se não mexer nisso, vai ser judicializado, vai dar problema. E, assim, se há o compromisso do Executivo – e eu acredito que há -, para que não pegue verba carimbada da Educação para em qualquer hipótese, transferir para uma instituição com fim lucrativo, deixa claro no texto. Isso é uma questão, para mim, jurídica. Eu sou formado em Direito e se não mudar isso, eu vou votar contra.

Outra coisa que eu queria aproveitar a presença do Secretário é o seguinte: o processo de credenciamento de creches e de instituições para a Educação Infantil, em vez de fazer creche rede direta, já vem de antes desta Gestão. A Gestão Haddad fez, do Kassab, do Serra e da Marta. Isso acontece porque a Prefeitura tem uma limitação para poder fazer creche própria, contratar Servidores por concurso público, porque tem questão de Previdência, Lei de Responsabilidade Fiscal e *etc.* Com a pré-escola, isso nunca aconteceu. A pré-escola é 100% rede direta.

Eu queria que o Secretário falasse um pouco sobre esse cenário, porque da forma como está, muito também graças a parte dos sindicatos e dos colegas do PSOL que também fazem jogo político para parecer que o problema da Educação surgiu agora com esse PL, que é uma grande mentira. Na verdade, isso já vem acontecendo há uns 20 anos na cidade de São Paulo, que o Secretário explique como vê essa questão da terceirização das vagas em creche, porque quando a Prefeitura assumiu tinha mais de 80 mil crianças na fila por creche e agora está com menos de 20 mil.

Entendemos o lado dos professores, dos profissionais, só que tem pai e mãe com filho para colocar na creche e ainda que a creche terceirizada não seja do mesmo padrão, geralmente, do que a creche direta, é melhor ter a vaga na creche do que não ter. Então queria que o Secretário falasse um pouco desse cenário, porque senão parece que o PL está criando o problema, como se ele não existisse há mais de 20 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Pela ordem agora, uma professora, Laura Cymbalista; depois um representante do Sedin; Vereador Toninho Vespoli; mais dois representantes; Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy; mais dois representantes e o Vereador Zé Turin.

Tem a palavra a Sra. Laura Cymbalista, Professora e mãe de aluno.

A SRA. LAURA CYMBALISTA – Pois bem, aqui tem um esforço de separar quem é mãe, quem é pai, quem é professor. Isso existe e quero dizer para o Vereador que a população tem discurso articulado sim na defesa dos seus direitos. Acho muito ruim essa desqualificação da população que vem aqui defender. Infelizmente, ele nem está escutando.

Bom, sou Laura, Professora, trabalho no CIEJA da região do Butantã, sou profissional da Educação, sou mãe, minha filha estudou no CEU Butantã e hoje está na EMEI Clycie, da região do Butantã, atuo no Crece, faço parte do Conselho de Escola e milito no Sinpeem, com tantos outros servidores que fazem a luta em defesa da Educação.

Quero começar falando para o Secretário de Educação que é muito difícil ouvir que tem diálogo, porque para nós esse diálogo não existe. Desde o começo da pandemia não teve uma ação da Prefeitura que tenha sido dialogada com a Rede. E todos os Fala Rede que assistimos, enquanto estavam acontecendo, esse PL surgiu e veio para a Câmara sem nenhum debate com ninguém. Então essa ideia de diálogo conhecemos bem, inclusive, quem tomou muita bomba aqui nesta Casa quando o Sampaprev foi aprovado, no ano passado.

E por que não tem diálogo? Porque existe um projeto em disputa aqui. E o projeto que está em disputa, que começou com o Doria e segue agora com o Bruno Covas é de fazer negócio com os direitos da população. Infelizmente, vocês estão se aproveitando de uma situação terrível – a pandemia -, mais de mil mortos por dia, no Brasil, para vocês fazerem negócio. Vocês do Governo Executivo e os Vereadores desta Casa que querem aprovar esse PL.

Por que querem fazer negócio? Vocês estão destruindo a Rede Pública e pegando recurso e encaminhando...

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

A SRA. LAURA CYMBALISTA – Querida que a minha fala fosse respeitada, por favor. Não estou ofendendo ninguém. Sim, fazendo negócio. Sabe por que é fazendo negócio? Porque vocês estão destruindo a Rede Pública e é a Rede Pública que garante direitos.

Ele vai ficar gritando comigo aqui? Você vai deixar? É isso?

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

A SRA. LAURA CYMBALISTA – Vou aguardar para concluir. Quem está me desrespeitando aqui é você. Aliás, inclusive, você vai no Fala Rede, tem de ouvir que a Professora falou bobagem, tem de ouvir fala racista.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vereador Zé Turin, daqui a pouco o senhor terá a palavra e pode contestá-la depois. O senhor terá seu tempo para contestá-la.

Por favor, a senhora continue.

A SRA. LAURA CYMBALISTA – Vou continuar. É sim fazer negócio porque é recurso que tem de ser investido na Rede Direta. Eu quero que todas as crianças da cidade de São Paulo tenham direito a uma Educação de qualidade que existe na Rede Direta. Temos de estancar esse processo de privatização. Temos de investir na Rede Direta.

Para concluir, na Rede falta tudo. Não sei se vocês sabem, mas convido vocês a ficarem uma semana, um dia, numa escola pública. Começou o ano sem limpar a caixa d'água, começou o ano com mato nessa altura, começou o ano faltando professor, quadro de apoio, equipe gestora, redução da equipe de limpeza. Foi esse o Governo que reduziu o número de professores nas escolas.

E vocês querem falar de retorno com condições sanitárias?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Concluindo, por favor.

A SRA. LAURA CYMBALISTA – Vocês estão destruindo a carreira não chamando as pessoas do concurso. Essa é nossa reivindicação. Defendam a Rede. É muito triste ver um Secretário da Educação que está destruindo a nossa Rede. Você deveria se orgulhar da Rede.

Rede de excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Laura, palavra concluída. Apenas vou fazer uma observação, quero contestá-la, inclusive, me perdoe, já disse aqui, a Dona Laura contou uma história diferente para mim, no meu ouvido, disse quealaria como mãe, estou tentando aqui.

Peço desculpas se tiver algum popular assistindo, eu, como Presidente desta Comissão, estou tentando dar a palavra para um popular, parece que teve um senhor que falou mais ou menos, embora um discurso bem politizado, era um senhor politizado, mas era um popular.

Não estou conseguindo uma pessoa comum, que não venha defender simplesmente o interesse do pai ou da mãe. Por enquanto não estou conseguindo, então peço desculpas porque o pessoal que representa as entidades é mais organizado, mais apto, vem aqui, se inscreve e acabo chamando. A pessoa vem aqui e fala, eu sou mãe, vou falar como mãe. Só quero contestá-la por ter ofendido aqui o Secretário. O Secretário vem aqui, se dispõe a dialogar, está se propondo a fazer as mexidas, está discutindo emendas com a gente.

Então não vamos aceitar esse tipo de desrespeito. Estamos respeitando todo mundo, quero que respeite o Secretário que vem aqui, além de fazer um ótimo trabalho, está colaborando e está discutindo.

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Por favor, se a senhora tiver oportunidade a senhora fala. Agora não.

Pulei o Vereador Celso Giannazi. Por favor, Vereador Celso Giannazi, depois o Sedin.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todos, Presidente João Jorge, na pessoa de quem cumprimento todos os parlamentares aqui presentes, tanto presencialmente, como virtualmente; cumprimento o Secretário Municipal de Educação novamente, que está aqui hoje para ouvir os anseios de todos nós, dos parlamentares, das professoras, educadoras, educadores, das famílias, dos pais, mães, responsáveis, mas dizer ao Secretário o que já

falamos um pouco na audiência pública anterior, da nossa contrariedade a esse projeto, sobretudo, pelo aspecto constitucional.

O projeto é inconstitucional, fere o artigo 213, da Constituição Federal. A própria Câmara Municipal já se posicionou nesse sentido. Já foi votado em primeira votação, foi aprovado, contrariando o parecer interno da Procuradoria da Câmara Municipal. É uma discussão que vai longe. Nós vamos para o Judiciário também discutir.

Na fala do Secretário há alguns pontos. O PL 452, além de inconstitucional, ilegal, imoral, inadequado, inoportuno, porque estamos vivendo uma grande pandemia. Não era para estarmos discutindo a venda, o descaso e o sucateamento da escola pública, era para estarmos defendendo medidas para salvar a vida das pessoas. Esse PL vem no sentido da entrega da educação infantil para as entidades com fins lucrativos. O que é um absurdo.

Além de tecnicamente incorreto, ilegal e imoral, esse projeto dá um cheque em branco, porque não deixa claro de onde virão os recursos e quanto será usado na destinação de recursos para essas entidades com fins lucrativos. O projeto fere a Lei de Responsabilidade Fiscal de morte. Não era para estarmos tratando desse assunto.

Na verdade, também, vai ao encontro do Decreto do Governo do Estado que prevê a volta às aulas no dia 8 de setembro. Embora o Secretário Municipal da Educação vá às redes sociais e na televisão, e o Prefeito fala da possibilidade de talvez voltar às aulas no dia 8, não há no projeto nada que afirme algo nesse sentido. Há possibilidade sim de a volta acompanhar a determinação do Governador Doria que se impõe aqui na cidade de São Paulo.

O Prefeito Bruno Covas afirma que a Saúde determinará a volta das aulas. Se for isso mesmo, peço que todos da Administração percorram os hospitais públicos municipais. Dou o exemplo do Hospital Saboya que está com a UTI Pediátrica lotada, porque as crianças estão sendo infectadas.

Se abriremos irresponsavelmente as nossas escolas, no dia 8 ou 10 de setembro, sei lá quando pretendem abrir, sem nenhuma segurança, é isso que vamos fazer, ou seja, contaminar as crianças que levarão o vírus para os seus pais, mães e avós.

O PL 452 não vê a situação que encontramos nas nossas escolas que estão sucateadas, sem profissionais da educação. Há muitos cargos vagos, necessitando que seja feita a homologação dos dois concursos de CP e ATE urgente, dependendo da determinação da Secretaria Municipal da Educação, do Secretário Bruno Caetano.

Já dialoguei com Gestão, com Direitos Humanos, todos são unânimes em dizer que depende exclusivamente da Secretaria Municipal da Educação. Portanto, é necessário fazer a homologação, a convocação e nomeação de todos os profissionais que passaram, para que os cargos estejam ocupados.

No projeto consta ainda que poderá haver a revisão dos contratos dos profissionais trabalhadores da limpeza. O Secretário não poderá, mas ele deverá, porque as nossas escolas, em algumas delas, contam com 1.800, 1.500 alunos, com apenas três trabalhadores na limpeza, nos três turnos. Já denunciemos na Câmara Municipal, já oficiamos o Secretário Municipal e o Prefeito Bruno Covas sobre essa responsabilidade. Copiamos o modelo das escolas do Estado, esse CadTerc que foi implantado que é um crime, na verdade, porque acaba com a escola pública municipal.

Também esquecemos das nossas crianças com deficiência, porque no PL 452 não se fala nada. Essas crianças foram excluídas, tanto no padrão presencial quanto na elaboração do caderno Trilhas. Essas crianças não foram ouvidas. Foram abandonadas da mesma forma que a EJA – Educação de Jovens e Adultos. Há uma série de questionamentos.

O Secretário acabou de falar da universalização do bilhete da alimentação. Acho que é importante que o Prefeito Bruno Covas tenha revisto sua decisão, porque judicializou inicialmente a questão não fornecendo o bilhete alimentação. Porém, agora ele anunciou que vai dar.

Mas alertamos para que não se crie outro procedimento administrativo burocrático. As crianças estão todas matriculadas, estão no EOL, portanto a Prefeitura sabe exatamente quem são as crianças e onde estão. Por isso, esse cartão precisa chegar até elas.

Peço agora aqui ao Secretário, assim como para esta Casa, para não cumprir a

determinação do Conselho Municipal de Educação, que está atribuindo a responsabilidade da volta às aulas aos pais e responsáveis, tirando toda a responsabilidade do ente público.

Espero que a Câmara Municipal e o Secretário Municipal da Educação e o Prefeito Bruno Covas não acatem essa medida e revejam isso.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Concluindo, Vereador.

O SR. CELSO GIANNAZI - Só terminado, Sr. Presidente.

Em nome de uma parte da população, quero entregar um abaixo-assinado para o Secretário Bruno Caetano, contra o PL 452, de pais, mães e responsáveis que estão muito preocupados com a volta precipitada se ocorrer no dia 8 de setembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado.

Quem vai falar pelo Sedin? É a segunda entidade da minha lista. (Pausa) Sra. Sheila, tem a palavra por três minutos, por favor.

A SRA. SHEILA – Boa tarde a todos e todas que nos acompanham.

Vereador, acho que é importante a gente abrir sim a fala para a população. Mas não podemos desqualificar as falas que estão sendo feitas, porque é da população também. Não porque são populares e munícipes que não têm qualidade de fala. A gente precisa ter um cuidado especial.

O Sedin vem mais uma vez se colocar contra a utilização de dinheiro público na rede particular. Um questionamento que nós deixamos ao Secretário é o seguinte: falei do dinheiro para comprar vagas, onde estão os recursos para construção de escolas, para a chamada de concursos, para melhoria dos prédios.

Então há dinheiro para compra de vagas na escola particular. Isso a gente vê que, na verdade, para salvar os empresários, o projeto em meio à pandemia, vemos que é para salvar empresários.

Vereador, não é nada particular e, claro, cada um tem o direito de fazer o seu voto, mas sabemos que reuniões estão sendo feitas com entidades particulares, com associações

das escolas particulares. Nós estamos aqui em pensamento de uma rede pública, de escola pública de qualidade.

Quero aqui deixar contra a fala do Vereador Caio Miranda em dizer que as crianças têm de estar na escola. Isso é importante.

Não, elas têm de estar na escola com qualidade. Não é depósito de criança, a educação infantil, Vereadores; não é lugar de deixar crianças. Muitas vezes estamos escutando essas falas por aí: “Ah, as mães estão sem lugar para ‘deixar as crianças’”. Escola pública, educação infantil não é lugar de *deixar crianças*, escola pública, a rede pública municipal de educação infantil não é lugar de *deixar crianças*. Ali é um lugar de qualidade, ali é um lugar de desenvolvimento integral das nossas crianças, e nós não vamos mais admitir essas falas; não dá para a gente admitir mais essas falas. É isso que o Sedin vem dizer.

Qual é a lógica dessa gestão de tudo entregar para a rede privada?

Nós vamos lutar, sim, contra esse PL. Nós pedimos a reflexão dos Vereadores, daqueles que não votaram na última votação, que repensem, que venham votar a favor da rede pública direta, do dinheiro público utilizado na rede direta, a não compra de vagas nas escolas particulares. Vamos defender a nossa rede pública, vamos defender a qualidade que existe na nossa rede pública.

Aliás, o Vereador Caio Miranda até citou também que o trabalho que nós fazemos na rede pública direta não é igual, é um diferencial e ele é referência para o município, é referência para o estado, ele é referência para o Brasil e ele chega a ser referência para o mundo. Nós construímos um currículo nessa cidade em conjunto, em luta. E como nós vamos jogar tudo isso fora, só pensando na economia? Então não dá para a gente aceitar.

Muito obrigado, Vereador. E vamos escutar a população também, os pais estão aí para falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu estou tentando. A senhora mesma me criticou por eu dar a palavra aos pais. Eu estou tentando. Está difícil, mas eu estou tentando.

Agora vai falar o Vereador Toninho Vespoli. E depois mais um popular, alguém que

vai representar a Brigada pela Vida de Sapopemba, da Comunidade Maria Imaculada, que é o Sr. José Lustosa Lucas. Aí depois fala mais uma entidade.

Vamos chamar uma entidade que está aqui presente também, porque tem a lista presencial.

(NÃO IDENTIFICADO) – A Aprofem, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Vai falar também. Mas tem o Sindsep antes ainda do Aprofem, mas vai falando. Está aqui, está registrado.

Agora o Vereador Toninho Vespoli, por favor.

O SR. TONINHO VESPOLI – Primeiro, eu queria fazer algum diálogo com algumas pessoas que já falaram aqui; e com a Mesa também.

A opinião é dada às pessoas, e vivemos numa democracia. Eu acho muito ruim – e aí querer fazer... o presidente da audiência pública, João Jorge – quando vem uma pessoa falar ao microfone, e falar que ela está desrespeitando o Secretário. Eu acho que é a opinião da pessoa e ela tem que ser respeitada. E eu tenho opinião muito próxima do que foi falado aqui, como temos divergências. Agora o que não pode usar, João Jorge, e com toda a estima que eu tenho por V.Exa., é usar a presidência para incutir, sim, uma metodologia ou uma ideia, como se a pessoa estivesse desrespeitando o Secretário. Eu não a vi ofender o Secretário em nenhum momento. Eu acho que essa não deve ser a metodologia.

A mesma coisa eu queria falar para o Zé Turin: eu também acho que nós estamos, sim, pegando dinheiro público e colocando para os empresários da educação. Se eu perguntar para V.Exa., por exemplo, por que nós vamos ter *voucher* para EMEI, se hoje... (Falha na transmissão)

Dá para desligar o microfone, quem estiver com ele ligado? Por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Por gentileza, pessoal que está em casa desligue o microfone.

Vereador, a palavra é sua.

O SR. TONINHO VESPOLI – Então por quê? Não tem uma fila grande da EMEI;

conseguimos, mais ou menos, universalizar. Tem problema, tem que construir algumas EMEIs, mas não é o final do mundo. Então para que criar o *voucher* para EMEI? Aí eu pergunto para V.Exa. Então, se não tem a necessidade de criar o *voucher* para a EMEI, é porque tem que atender algum tipo de interesse – ou não tem interesse aqui?

A terceira coisa é falar dos 32 Vereadores. E vamos falar muito claro entre nós, porque não é este Vereador que está falando. O Milton Leite mesmo já falou na plenária: “Quem não votar perde carguinhos em outros momentos, não nesse”.

Nós sabemos como se constitui a maioria das câmaras municipais: é dando cargo para partido, dando secretaria, dando monte de cargo para vereador. Não é à toa que, quando não se vota alguma coisa, algum Vereador da base que não quer, basta ver o *Diário Oficial*, o tanto de exoneração. Então sabemos a relação das câmaras municipais ou do congresso: é o dando que se recebe. Então eu tenho certeza que alguns estão votando por convicções, mas tem outra parte que também tenho certeza que não tem, pelas metodologias já aplicadas nas câmaras municipais. Então vamos deixar muito bem claras as coisas aqui, porque senão fazemos um jogo de faz de conta. E o povo não é bobo, o povo sabe como mexe, como são as relações institucionais nesse país. É para deixar aqui as coisas um pouco claras.

Outra coisa que eu queria falar: nós estamos privatizando a educação. E, Zé Turin, por que eu falo isso? À medida que se pega dinheiro público e, cada vez mais, colocar nos *voucher* ou na escola privada, vai se ter menos dinheiro para aplicar na escola pública. A tendência da escola pública é ser cada vez mais precarizada.

Agora eu pergunto: será que isso é um projeto para depois colocar o *voucher* para o fundamental? Eu acho que é. Eu acho que tem setores da sociedade, setores do governo, que trabalham para acabar com os serviços estatais. É nítido que acontece isso nas empresas públicas aqui na cidade de São Paulo: não faz investimento, deixa deteriorar, sucatear, para, depois, falar assim “Olha, tá vendo como o público não funciona? Então vamos privatizar tudo”. É essa a metodologia. E isso não é desse governo.

Infelizmente, ou felizmente, não sei, os liberais acabam fazendo isso quando estão

na máquina pública. Eu não sei por que os liberais querem galgar postos na máquina pública se não acredita no público, se não acredita na máquina pública. Acho que não deveriam nem concorrer à eleição, deveriam ficar no setor privado, já que acreditam tanto no setor privado assim, e deixem as pessoas que acreditam no serviço público gerirem o espaço público, porque vai gerir muito bem. Porque é muito difícil para os professores – e aí eu não quero falar da categoria, porque eu sou professor. Mas nós que estamos lá, na sala de aula, convivendo, no chão, vendo todos os problemas... E olha, Zé Turin, só o ano passado, a nossa equipe visitou 300 unidades escolares. Então eu não estou falando de coisa fantasiosa, são coisas que eu vi. E nós entregamos um relatório para o Secretário das mazelas que nós vimos nas unidades. O que foi feito com as mazelas? Não foi feito nada, Zé Turin. Não foi feito nada. E a pandemia só escancarou as condições que os servidores passam lá.

Aliás, os servidores não estão lutando. E aí para ficar bem claro aqui: os servidores não estão lutando por privilégio, eles não estão brigando por aumento salarial, eles estão brigando para que tenham condições de trabalho, para que o trabalho, a política pública, seja de qualidade. Sabe quantos ATEs estão faltando, mais ou menos, na nossa rede, Zé Turin? Quase dois mil ATEs, acho que 1.700, por aí. Eu já cheguei em unidade em que os Professores fizeram um pacto assim, Zé Turin, porque não tem substituto: se tiver febre, vem trabalhar, porque não tem mais condição de um ficar sem o outro. É essa a vida dos servidores. E eles estão brigando por essa política pública. Estão brigando pela educação pública gratuita de qualidade.

É muito ruim vir aqui e falar assim: “é corporativismo”. Luta pela política pública de qualidade é corporativismo? Eu não acho que seja.

Eles estão brigando para que tenha um desenvolvimento neste país. A educação não resolve todos os problemas, mas nós não vamos resolver os problemas desse país sem a educação. Nós estamos brigando pelo país, nós que estamos lutando pela educação.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Agora, dois representantes, e, depois, o Vereador Suplicy, depois mais dois

Vereadores.

O Sr. José Lustosa Lucas, da Brigada de Vida de Sapopemba. Está presente?

(Pausa) Não está presente.

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu sou uma ex-aluna e estava inscrita antes dele.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – A Sra. Maia Gonçalves Fortes está presente?

A SRA. MAIA GONÇALVES FORTES – Oi, sim.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – A senhora tem aluno na creche do Ipiranga, é isso?

A SRA. MAIA GONÇALVES FORTES – Eu tenho dois filhos na CEI e na EMEF da DRE Ipiranga.

Boa tarde. São muitas coisa para falar num tempo muito curto. Mas, primeiro, eu queria fazer um apontamento, porque eu acho um desrespeito com a comunidade, com a população, falar como se a gente tivesse defendendo interesses escusos. A população sabe, sim, o que quer e se organiza para dizer o que quer. A gente está aqui para falar em defesa dos nossos filhos e, também, das professoras da rede.

Eu vir aqui como mãe e falar que a professora precisa de mais condição de trabalho não tem a ver com uma luta corporativista, tem a ver com o que eu sei de condições de trabalho para a professora, o que garante mais qualidade de educação para os meus filhos. A gente é uma comunidade.

Então, todos somos munícipes. E eu gostaria muito de reafirmar esse ponto porque é um desrespeito na fala das pessoas que me antecederam essa subestimação de quem são os membros que têm que fazer parte dessa discussão.

O primeiro ponto é esse.

O segundo ponto que eu queria colocar para o Secretário é que ninguém está tranquilo. Ele faz uma fala muito tranquila, trazer mais tranquilidade para a população, mas a gente não está tranquilo com a falta de acesso à educação que as crianças estão tendo. Não está tranquilo com a falta de cartão merenda, no caso do meu filho, que estuda numa EMEF,

que almoçava e jantava na escola, acha que 55 reais vão fazer a diferença no mês para eu ficar tranquila? Isso é muito vergonhoso.

Para mim, que sou munícipe, mãe e parte da comunidade, isso faz, sim, parte de um projeto de privatização que vocês deveriam ter vergonha de votar isso na calada da noite, sem a população poder participar. É isso que eu vim falar aqui.

Esse PL aprofunda esse processo de privatização. Eu sou mãe, sou membro de Conselho, que a rede municipal tanto defende, a gestão democrática que é um princípio dessa rede tão forte. Eu vim aqui falar isso porque é um recado não só como professor ou diretor, mas que a população está vendo o que vocês estão fazendo e a população defende a rede pública municipal e defende verba pública para escola pública. Defende que a gente construa nesses terrenos que vocês colocaram para vender ano passado escolas que sejam de qualidade.

A população precisa de vaga, sim, mas precisa de qualidade também. Não é porque a população precisa de vaga que a gente vai tirar o direito da criança da qualidade da educação.

Outra coisa que eu acho muito importante é que o Secretário e o Bruno Covas digam, com certeza, se as aulas vão voltar ou não no mês que vem. Eu acho isso uma coisa que a gente tem que saber agora.

Não dá para a gente ter uma minuta apresentada há um mês, a qual dialogando com o PL 452 é muito estranha porque o PL não apresenta nenhum plano para as escolas que já existem sobre o que vai ser feito de investimento, não diz qual dinheiro vai ser usado em voucher sendo que a gente poderia usar esse dinheiro, mas eu acho que o principal - e que eu queria trazer também – é que a população não está tranquila porque garante o direito da população de se proteger, de proteção social.

A gente deveria usar esse dinheiro do voucher para garantir que a população não tenha que sair de casa e burlar a quarentena.

Só para aproveitar esse espaço eu queria tirar uma dúvida: o formulário de cartão

merenda que, em teoria, é para universalizar e que, na prática, acaba impedindo o acesso de muita gente que está sem internet para se cadastrar, na última parte, pergunta se você está em vulnerabilidade social e pede para você ticar que afirmou só veracidade nesse formulário. Eu queria entender se isso é um erro ou simplesmente para inibir a inscrição de pessoas nesse formulário...

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Sra. Maia. O Secretário anotou suas questões.

Obrigado, Sra. Maia, que representou o interesse dos seus dois filhos da creche de Ipiranga.

Agora, aqueles que se inscrevem abertamente como representantes: Sindsep, Sindicato dos Servidores do Município de São Paulo, que o representa?

- Tumulto.

(NÃO IDENTIFICADA) – Por favor, Sr. Presidente. O senhor vai dar a fala para toda representação dos Sindicatos e não vai dar a fala para a representação dos pais?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Eu estou dando. Eu acabei de dar para uma representante. Essa senhora que acabou de falar é mãe, mas o que é que eu vou fazer? Ele se inscreve como pai. Eu estou seguindo a ordem.

Quem representa o Sindisep?

(NÃO IDENTIFICADA) – Não está seguindo a ordem, porque...

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Sérgio, do Sindsep.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Obrigado, meu nome é Sérgio Antiqueira. Sou Presidente do Sindisep, sou educador na rede, pai de criança em EMEI e munícipe. Na qualidade de munícipe, zelo pelo dinheiro público e pela qualidade no ensino público.

Quero dizer boa tarde a todas e todos, esse projeto de lei é uma vergonha. Ele é vergonhoso e é esse sentimento que quero resgatar nos Vereadores que votaram, para que

não votem em segunda, para que não sejam conhecidos como destruidores da educação pública, porque não nos surpreende esse projeto vindo do Executivo, e tem um nome para isso hoje em dia, chama passar a boiada.

Significa que quando você está com gente morrendo, com as pessoas preocupadas com suas vidas, aproveitar um momento desse para passar um projeto privatista, que entrega dinheiro público para o setor privado na boca da eleição, isso é vergonhoso. É isso que significa dar o nome passar a boiada. É aproveitar a oportunidade num projeto que não fala nada, não trata da questão da pandemia. Utilizar o recurso da questão da pandemia, tanto a Câmara, quanto o Executivo, para pretexto de entregar dinheiro, verba pública para o setor privado é, como eu disse, uma vergonha. Espero que os Vereadores se envergonhem para não serem conhecidos como destruidores da educação pública.

Um projeto, que além de permitir dinheiro público, não só para entidades sem fins lucrativos, mas com fins lucrativos, demonstra claramente qual é a ideologia, qual é o propósito da gestão municipal do Prefeito Bruno Covas. A gente não tem surpresa, porque a gente já sabe o que foi feito, o que está sendo feito e o que eles tentaram fazer até então com a saúde. Então, não nos surpreende.

Esse projeto, além de tudo, está prevendo, vejam, para a questão de acompanhamento da saúde das crianças, dos alunos, criar mais Organizações Sociais, sendo que a gente tinha até uma rede de atenção básica com as UBSs e não tem nenhum sentido, dentro do SUS, fazer de forma não integrada com o SUS o acompanhamento, se as crianças estão adoecendo ou se não estão exercendo na rede.

Não faz o menor sentido esse projeto totalmente desarticulado, assim como tem sido as políticas na cidade de São Paulo. Até uma semana atrás, o Secretário estava dizendo que não era a saúde que iria determinar, que bom que mudou o discurso feito. Ele disse para mim, respondeu na sexta-feira, quando foi dito a ele que a posição do Prefeito é aquela que a gente ouviu na mesa técnica.

Para finalizar, não sou nenhum ingênuo, mas quero que os Vereadores tenham

clareza do que serão transformados ao votarem um projeto desse, que destrói a educação pública municipal.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Sérgio.

Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Presente Vereador Eduardo Suplicy? Depois mais dois representantes e depois o Vereador Zé Turin. Senador, a palavra é sua.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente João Jorge, queridas Vereadores e Vereadores, prezado Secretário Bruno, ontem organizei uma *live* com a presença do Dr. Gonzalo Vecina, do Prof. Alexandre Schneider, da Prof^a Marcia de Souza, da CEI Jardim Dom José, no Capão Redondo; Maia Fortes, mãe de duas crianças, numa CEI e outra na EMEF, ambas da DRE Ipiranga.

Foi um diálogo onde pude ouvir especialistas de saúde e de educação, professora, mãe, muito enriquecedor. E a partir das reflexões, venho fazer as seguintes perguntas ao prezado Secretário Bruno Caetano.

Quando e quantos professores aprovados em concursos serão chamados para o retorno às aulas presenciais? Já houve atualização dos contratos das equipes terceirizadas de limpeza e de outros insumos? As escolas já passaram ou passarão por reformas estruturais para viabilizar o isolamento e condições de higiene e limpeza? Os professores que não se sentirem seguros em retornar ao presencial terão a possibilidade de afastamento sem corte salarial?

O Conselho Municipal de Educação está fazendo uma resolução que informa que os familiares podem escolher voltar ou não. Quem realmente tem liberdade de escolha? Muitos pais e mães, sem condições financeiras, não têm como escolher. A responsabilidade do retorno será desses familiares? A responsabilidade do retorno presencial? Em verdade, tem de ser do Estado, do Município.

O projeto de lei coloca para o professor a responsabilidade do cuidado da saúde mental. Não seria melhor um programa de saúde mental que acolhesse, tanto o professor, quanto o aluno? Haverá testagem para Covid em todos os profissionais da escola e para os

alunos? Como será feita a fiscalização das escolas privadas, que receberão o dinheiro público? Por que não utilizar esse dinheiro de conveniadas para investimento nas escolas públicas? Em questão de saúde, não seria melhor assumir que não há condições de retorno este ano e já iniciar o planejamento dos ciclos escolares para 2021? Por que o PL autorizativo para tanta coisa polêmica, mas não debate o principal: a responsabilidade da Prefeitura com as escolas?

E, sobre o cartão alimentação que a Prefeitura informou ter universalizado, há dúvidas de familiares que não foram respondidas acerca do formulário. Na última página, o formulário informa que obrigatoriamente a família tem de estar em vulnerabilidade, mas não é universal? Por que essa pergunta? O Crece-Ipiranga enviou ofício com essas dúvidas e até o momento não houve resposta.

Assim, com muito respeito ao Secretário Bruno Caetano e, também, ao Prefeito Bruno Covas, é que eu encaminho essas perguntas, agradecendo a sua atenção.

Muito obrigado, Presidente João Jorge.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Eduardo Suplicy. Agora, duas representantes aqui presentes. Uma representando o movimento estudantil e, depois, uma mãe munícipe, a Nelice. Primeiro, falará a Nayara Souza, pelo UJS, depois a Nelice, e depois o Vereador Zé Turin.

A SRA. NAYARA SOUZA – Boa tarde. Muito obrigada, Presidente. Cumprimentar também o Secretário de Educação, Sras. e Srs. Vereadores que acompanham também essa audiência e todo mundo que está participando presencialmente e no virtual.

Eu me chamo Nayara, sou estudante na PUC de São Paulo, faço parte do Movimento Estudantil e Juventude pela UJS, também componho uma bancada feminista, que é uma candidatura coletiva para as eleições de 2020.

Primeiro, dizer que este não é um debate simples, são várias as complexidades que envolvem esse processo. Antes de tudo, é sempre necessário valorizar o diálogo, aqui, na Câmara. Compreendemos que durante a pandemia, com a crise sanitária, as desigualdades sociais foram agravadas no Brasil. Os estudantes estão passando por situações muito difíceis,

por conta da exclusão digital, as famílias, muitas vezes, sobrecarregadas com a carga pedagógica dentro de casa. Porém, ainda é nossa a preocupação para construir um debate com mais responsabilidade. O debate do quando e como estão completamente atrelados. Nós ainda estamos passando por uma pandemia onde o índice de contágio e de mortalidade é alto. O Brasil está chegando na marca dos cem mil mortos, e sem uma perspectiva concreta de vacina. Então, é muito importante como será o retorno.

Quando discutimos essas medidas, gente, eu não consigo enxergar, hoje, esse planejamento condizente com a realidade das escolas. E hoje, qual é a realidade das escolas que, muitas vezes, têm pouquíssimos funcionários de limpeza para fazer a higienização constante nas escolas, como será necessário? Muitas vezes, as janelas das salas de aula estão quebradas, não garantem a ventilação necessária. Gente, muitas vezes, os banheiros das escolas não têm papel higiênico, e nós estamos discutindo o retorno do ensino infantil. Como conscientizar as crianças a entrarem uma por vez no banheiro, não se tocarem, a não passarem as mãos nos olhos? De fato, há uma complexidade muito grande que tem a ver com a vida das crianças, com a vida dos profissionais de educação, com as nossas famílias e tudo mais.

Além do que, o PL garante, a partir do *voucher*, a compra de vagas nas escolas particulares. Por que, mais uma vez, secundarizar o investimento no ensino público direcionando às escolas particulares? São muitas as nossas preocupações.

Quero reiterar o que foi dito, não há contradição em eu ser filha, estudante, ser mãe, ser professora, nós não recebemos para fazer política como os parlamentares, que atuam na profissão. Nós somos militantes, ativistas, somos pessoas comuns, populares que estão preocupados com o interesse das comunidades. Não podemos subestimar o papel, a importância das pessoas comuns, e de estarmos nos articulando para os interesses comuns da população.

Neste momento, estamos no Twitter com a *#escolasemcovid*. Queria convidar as mais de mil pessoas que, hoje, nos assistem, a somarem nessa ação virtual. Nós falamos

muito sobre ouvir a população, mas a Câmara tem uma política, por exemplo, de deixar desativado o *chat* do Youtube para *live*, algo que seria fundamental para a participação de toda população. Então, convido todo mundo a participar desse *tuitaço*. Também estamos com o abaixo-assinado Escola Sem Covid, que já tem mais de dez mil assinaturas. Sigam a gente nas redes sociais, Bancada Feminista SP.

Obrigada pelo tempo, Presidente.

Obrigada pela audiência. Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Nayara. Tem a palavra Nelice Pompeu, mãe, professora. Depois, tem a palavra o Vereador Zé Turin.

A SRA. NELICE POMPEU – Boa tarde a todos, a todas. Sou professora da rede pública, também mãe, munícipe e cidadã. Assim como todos os profissionais de educação que, acho, devem ser respeitados porque são munícipes, pagam impostos, merecemos voz nesta nossa audiência.

Secretário, gostaria de fazer uma fala para o senhor. Acompanhei aqueles encontros, Fala na Rede, foi unanime a repercussão de que aquilo mais pareceu um Cala Rede do que um Fala Rede. Parecia só um protocolo a ser cumprido, uma falácia. Em vários momentos, o senhor foi totalmente desrespeitoso com colegas nossos. Isso acabou, acho que deu impressão muito ruim, um Secretário da Educação que não teve a devida educação. E o senhor atribuiu as críticas que estamos pontuando, de quem está no chão da escola, como questões doutrinárias. Por isso, convido o senhor a ficar nem precisa de uma semana, um dia numa sala de aula, inclusive, para tentar aplicar aquele protocolo absurdo, que vocês estão propondo, que foi feito por pessoas que nunca estiveram em uma sala de aula.

Mas hoje o nosso assunto é sobre o PL 452/20, que além de ilegal - que até o Vereador Caio Miranda, como advogado, citou - é um projeto imoral e também oportunista. Vocês estão rifando a Educação de São Paulo, e isso é uma vergonha. Transferir dinheiro que é para escola pública para a rede privada, sabe-se lá quais são os interesses.

Sei que aqui o nosso tempo é rápido. Então, eu vou ceder meu tempo para um

vídeo, que foi feito coletivamente por mães, famílias, alunos, profissionais de educação, que vai representar a minha fala através de muitas vozes. Espero que esta Casa respeite a voz da população e respeite a história da escola pública de São Paulo e, principalmente, à Educação.

Vou pedir que passem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Enquanto a nossa assessoria providencia o vídeo, vamos ouvindo o Vereador Zé Turin, por favor.

A SRA. NELICE POMPEU – Eu posso mandar o vídeo, então?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Pode sim, fique à vontade.

Vereador Zé Turin, por favor.

- Manifestação de participante.

O SR. ZÉ TURIN – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vereador João Jorge, em seu nome cumprimentar os demais colegas, Vereadores e Vereadoras desta Casa. Também quero cumprimentar o Secretário da Educação, Bruno Caetano.

Começo a minha fala lamentando as ponderações do Colega, Vereador Toninho Vespoli porque, na semana retrasada, chegou projeto de minha autoria, o PL 274, que proíbe a cobrança das sacolinhas plásticas pelas grandes redes de supermercados. Para mim, foi uma surpresa.

Em plenário, a chamada oposição, que não existe nesta Casa, o PT inteiro, que já tinha acordado votar a favor, a pedido do então nobre Vereador Milton Leite, que é o Vice-Presidente desta Casa, conseguiu convencer todos a votarem contra. Mas é um projeto que de fato mexe no bolso do consumidor.

Então não é verdade essa questão de se vender, aqui. Até o momento eu não me vendi, nem vim aqui para isso. Eu sou uma pessoa, como qualquer outro colega vereador, que representa a população de São Paulo. Respeito muito o Vereador Toninho Vespoli, toda a posição, a defesa de vocês, principalmente na área da educação.

Eu estudei em escola pública, finalizei meu curso de contabilidade numa escola

privada, então eu valorizo muito. Tanto é, Secretário Bruno Caetano, que eu gostaria e venho pedindo - está aqui o seu assessor Marcos Saraiva -, tenho tentado uma agenda com V.Exa. Espero sair hoje com uma data, porque não há necessidade de usar a Comissão de Administração Pública, da qual sou presidente, para fazer o que as pessoas confiam a cada vereador, que são informações.

Falou-se aqui em voucher, falamos aqui também do projeto que foi votado nesta Casa, no final do ano passado, que é o Programa Mais Creches. Eu não conheço nenhuma escola privada no meu alcance que tenha tido qualquer contrato, convênio com a Secretaria de Educação. Por esse motivo eu venho pedindo a V.Exa. uma agenda.

Deixo claro a vocês que tanto eu, Vereador Zé Turin, do Republicanos, como toda a nossa bancada votamos a favor e vamos votar a favor desde que haja entendimento. Ninguém aqui está votando contra o servidor público, não. Ao contrário, eu valorizo muito o trabalho do servidor público.

Quanto às escolas, foram citadas aqui algumas que necessitam de manutenção, eu também tenho demandas para levar ao Secretário, pontualmente. Mas isso não é se vender. Talvez seja uma deficiência em uma DRE ou outra, e eu falo que é talvez uma deficiência na gestão de uma diretoria de ensino, gestão. Eu venho de uma empresa privada, então a gente aprendeu, principalmente no meu curso de contabilidade, o significado de gestão; boa ou ruim, mas é gestão e não se vender.

Eu gostaria de finalizar rapidamente, Vereador João Jorge, porque está aqui a Claudia representando a sua escola, a Escola Mundo Mágico, uma escola pequena e a maioria desses proprietários de escolas pequenas e médias está indo à falência. É para pedir, por gentileza, que ela possa se pronunciar e falar da dificuldade dela como do grupo...

- Falas concomitantes ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Zé Turin, passa para ela. Obrigado, Vereador.

A SRA. CLAUDIA – Obrigada, Vereador.

Eu gostaria de falar principalmente para o Secretário de Educação que olhe para as

escolas de educação infantil de pequeno porte. Segundo a Secretaria, são cerca de 900 escolas que atendem em média 100 alunos cada uma. Nós tivemos uma evasão escolar em torno de 50% e é por isso que a demanda da Prefeitura está ainda maior.

O voucher é importante para a gente, mas ele não vai chegar até o final da pandemia, não dá tempo. Então a escola particular de pequeno porte não está aqui contra o professor de escola pública, contra a Prefeitura ou contra o Estado. Estamos aqui só querendo trabalhar. Tenho certeza de que a escola de educação infantil de pequeno porte vai atender a essa mãe que precisa trabalhar, não como um depósito de criança, porque nenhuma escola infantil é depósito de criança, como muita gente acha. Nós fazemos um trabalho muito bem feito...

(NÃO IDENTIFICADA) – Claro que é! Pergunta para as mães como que...

A SRA. CLAUDIA – Se você acha que a escola infantil é depósito, não deixe seu filho. Eu estou aqui, tenho carta de dez mães que precisam...

- Falas concomitantes ininteligíveis.

A SRA. CLAUDIA – Se a mãe (ininteligível) do funcionário do Einstein pode deixar o filho dela numa escola, por que é que a mãe do posto de saúde do lado da minha escola não pode deixar o filho dela?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Concluindo, por favor.

(NÃO IDENTIFICADA) - Dinheiro público na escola pública!

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Quem estiver *on-line*, por favor se contenha. Respeito e educação, por favor.

- Falas concomitantes ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Corta quem estiver *on line*, por favor. Não é para falar agora.

Aprofem, em seguida.

Concluindo.

A SRA. CLAUDIA – Gostaria só de pedir ao Secretário que se atente também às

escolas de pequeno porte. Nós não vamos colocar 300 crianças, são só 30. Está bom?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Muito obrigado.

Quem representa a Aprofem?

A SRA. MARGARIDA – Eu, Margarida.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Margarida, a palavra é sua por três minutos.

A SRA. MARGARIDA – Boa tarde a todos. Minha fala vai ser muito breve. Não vou ficar me repetindo sobre os pontos do projeto que já foram amplamente explorados.

O que eu quero lembrar é que esse projeto não traz nenhuma data para o retorno às escolas. O que foi lançado foi uma cortina de fumaça para que o projeto passasse sem grandes discussões entre a população. Por isso é que se lançou uma minuta de protocolo, um protocolo absurdo, porque não há condição de nenhuma escola municipal atender a tudo que está ali. Isso foi uma cortiça de fumaça para atrair a atenção, para todo mundo ficar alvoroçado, pensando no dia 8 de setembro. Não tem nada disso.

O grande problema desse projeto de lei é a privatização da educação infantil, esse é o maior problema. Fui criticada porque na semana passada eu falei só disso e uma afiliada da Aprofem não gostou, falou que eu tinha que ter defendido os profissionais de educação. Esse PL está atacando, sim, os profissionais da educação na medida em que desvia recursos da educação pública para a escola particular.

Escola particular, eu morro de pena dessas professoras, desse pessoal que está perdendo emprego, que está perdendo seus postos de trabalho, sim, é claro. Mas para isso existem linhas de crédito especiais. Esses têm de procurar, são pequenos empresários. Empresas existem para dar lucro, empresa que não dá lucro não é uma boa empresa. Em tempo de pandemia, todo mundo está numa situação muito ruim e a gente reconhece. Só que existem linhas de crédito para isso. Não tem que tirar dinheiro público da educação pública para socorrer empresários.

Por isso, nós somos contra o PL 452. Já mandamos *e-mails* em nome das

entidades que compõem o Fórum das Entidades para todos os Vereadores, agradecendo aos votaram de forma contrária ao referido PL, pedindo uma reflexão aos que votaram a favor.

Inclusive, salientamos que estamos perto das eleições, constatando ainda que a grande maioria das pessoas, da população e dos profissionais da educação estão contra. Pensem e reflitam sobre o voto que já deram. Pensem se não é melhor mudar o voto para o “não”. Também enviamos *e-mails* para os que, naquela noite, não votaram, porque talvez não estivessem seguros de qual posição tomar. Para todos esses mandamos um pedido para que reflitam e pensem bem.

A minha entidade é independente e apartidária. Nós não defendemos nenhum partido político, nem governos. Nós defendemos educação pública, com verba pública e de qualidade. Defendemos sim os profissionais da educação, porque eles foram os mesmos que por décadas fizeram da educação municipal o que ela é hoje.

Se temos orgulho, é porque são os profissionais da educação que, a despeito de todas as adversidades impostas a eles, continuam acreditando na educação pública, continuam trabalhando e se dedicando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado. Tem a palavra o Vereador Reis.

- Interferência no áudio por manifestação não identificada.

O SR. REIS – Quero cumprimentar o Presidente Vereador João Jorge, meus Colegas, o Secretário Bruno Caetano. Também cumprimento cerca de 300 pessoas que nos acompanham pelo Facebook, mais de 1.600 pelo Youtube.

Sr. Presidente, a Bancada do PT já votou contra na primeira votação, vamos continuar votando contra na segunda votação. Espero ainda que alguns Vereadores possam se convencer de que do outro lado do balcão está todo mundo contra. Que eles também acompanhem os pais, professores e educadores que se colocam contra o projeto.

A favor do projeto está o Governo e a sua base somente. O resto está se colocando contra. Não vi um dos oradores que se inscreveram, um sequer, tecer qualquer palavra a favor

do projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – O Vereador Zé Turin falou a favor.

O SR. REIS - Estou falando do povo. Zé Turin é Vereador que votou a favor lá atrás.

Então eu não vi um do povo falando a favor desse projeto.

Eu acho que o Governo tem de entender o que realmente a população está dizendo e retirar o projeto, porque este não é o momento dele.

Nós temos problemas com relação ao retorno. Por mais que se fale que o retorno não se dará agora, mas o projeto visa preparar para o retorno. A pandemia não acabou, ela continua. Pessoas estão morrendo, nós temos de preservar a vida de todos, principalmente das crianças.

Imaginem vocês que, num ano eleitoral, um prefeito que vai concorrer à reeleição, de repente começa a aparecer crianças morrendo em decorrência da Covid, por conta da abertura das escolas. O que vai acontecer com esse candidato e com esses que ajudaram a aprovar isso aqui? É essa a reflexão que tem de ser feita.

Ficou claro no debate, todos defenderam a preservação e proteção à educação pública de qualidade. Então essa questão da privatização, mesmo o Vereador Caio dizendo que tem de mudar o artigo, acho que tem de ser tirado do projeto.

Há uma posição clara aqui contra à privatização. Como disse o Sindsep: eu abro hoje para 5%, amanhã eu privatizo tudo. Então onde passa um boi, passa uma boiada – que é a famosa lição do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Enquanto acontece a pandemia vamos passando a boiada.

Hoje, vi nas redes sociais um artigo da Revista Exame, que a Prefeitura de São Paulo quer testar um modelo de gestão privatizada nos 12 CEUs que vão ser inaugurados.

Privatizo a gestão dos CEUs, vou privatizando a educação infantil, o ensino infantil, daqui a pouco está toda educação privatizada. Então tem de ter cuidado com isso. Independentemente de ser dos 25%, ou não, o dinheiro sempre será público.

Temos de reforçar e fazer a defesa, ou seja, defender a vida, defender de que haja segurança sanitária e defender que haja educação pública de qualidade.

Eu acho que o Governo tem de ter juízo e responsabilidade.

Com relação à privatização, o ideal é que o projeto seja retirado da pauta, mas que também saiam da questão da privatização da educação pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Reis.

Sobre o vídeo que a Nelice quer passar, por gentileza, solicito à assessoria que coloque o *link* porque não dá tempo mais. A reunião será encerrada às 15hs. O Secretário pediu 20 minutos para fazer o seu encerramento e tentar responder a dezenas de perguntas. Certamente não conseguiria fazer, porque pedi para encerrar às 15hs, no máximo 15h05min, porque começa a sessão plenária.

O Vereador Caio Miranda está pedindo para a Creche Central falar. Não é possível porque o Secretário pediu 20 minutos, nós vamos oferecer 15 minutos para as suas respostas.

Por favor, Secretário Bruno Caetano.

Vereador Caio Miranda, desculpe.

- Interferência no áudio com várias manifestações.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Quem quiser ouvir, por favor preste atenção nas respostas dele; quem não quiser, desligue o microfone, pelo menos. Secretário Bruno Caetano.

- Interferência no áudio com várias manifestações.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Registrar a presença da Vereadora Juliana Cardoso.

- Interferência no áudio com várias manifestações.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Agora o Secretário vai tentar responder um número possível de questões. Por favor, Secretário Bruno Caetano.

- Manifestações simultâneas.

O SR. BRUNO CAETANO – Eu vou trazer uma palavra muito serena. Vou procurar fazer uma fala muito tranquila. É um momento que exige de todos nós sobriedade, espírito público, empatia com a vida, empatia com os nossos estudantes, empatia com os nossos educadores. Então, não vou, neste pouco tempo que me restou, fazer uma fala repetida, porque imagino que as defesas mais absolutas do projeto de lei, dos pontos que foram levantados, eu já fiz na audiência pública passada e eu queria, então, hoje, vir aqui e dar uma satisfação pública aos oradores que me antecederam. Vou procurar responder às questões, muitas delas bastante pontuais, fáceis e rápidas de serem respondidas. Solicito àqueles que quiserem compreender melhor os objetivos gerais desse projeto de lei que possam recuperar a minha fala que durou quase 30 minutos na audiência pública passada, porque lá há a defesa completa do nosso projeto de lei, do ponto de vista do Prefeito Bruno Covas.

Quero fazer uma fala, então, agradecendo ao Vereador Claudio Fonseca. Digo-lhe que, no projeto, não há, no texto, de forma objetiva, a questão da não utilização dos recursos da Educação, da vinculação, mas, assim como o senhor colocou aqui e como o Vereador Caio Miranda Carneiro também coloca, não há, por parte do Poder Executivo, nenhuma oposição a que acatemos uma emenda para deixar claro que a eventual – “e” urgente “e” extraordinária “e” limitada, como eu já pude dizer na sessão passada – compra de vagas junto à rede privada se dará sem o uso de recursos vinculados da Educação.

Quero, também, externar a posição do Poder Executivo, de que nós entendemos que a melhor redação, Vereador Claudio Fonseca, é a redação original do projeto de lei. Essa é a posição do Poder Executivo. Respeitamos o debate no Parlamento, mas, daquilo que pudemos observar do substitutivo, entendemos que a redação original traz mais segurança, sobretudo, aos educadores e aos estudantes.

Quero, também, aqui, dizer que estamos de acordo com a sugestão do Vereador Claudio Fonseca, de recepcionarmos uma emenda a esse projeto que possa garantir a inversão de fases no processo de contratação de servidores, deixando a fase de aferição de cotas raciais e das pessoas com deficiência para a fase imediatamente anterior à escolha, para

que possamos, até o dia 14 de agosto, fazer a homologação dos concursos de ATE e de Coordenador Pedagógico. Então, o nosso Poder Executivo e a Secretaria de Educação veem com bons olhos essa sugestão de acrescentarmos isso ao projeto de lei. Isso já poderia ser feito por um decreto do Prefeito, mas, se estiver no bojo do projeto de lei, talvez traga ainda mais segurança jurídica para a Secretaria fazer a homologação desse concurso até o dia 14.

Quero cumprimentar a Prof. Camila e dizer, sem nenhum tipo de... Sem desrespeitá-la, mas é importante que as pessoas saibam... Ela é filiada a um partido político. Coloca nas suas redes sociais isso, de maneira muito clara. Então, é professora da Educação Infantil, mas entendemos que... Nesta Casa, questões políticas são absolutamente pertinentes, mas é preciso deixar isso claro para as pessoas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BRUNO CAETANO – Mas, eu, aqui, não estou, em nenhum momento, fazendo nenhum tipo de... Sou um gestor público. Não estou fazendo defesa de partido político.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Todo mundo falou e foi ouvido. Por favor, vamos ouvir. Quem não quiser ouvir, por favor, fique à vontade. A porta está aberta. Vocês falaram. Tiveram a oportunidade. Agora, é a hora de ouvir o Secretário. Secretário, por favor.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Gente sem educação! O Secretário está com a palavra. Por favor, Bruno Caetano, Secretário da Educação...

O SR. BRUNO CAETANO – Prof. Camila, com todo o respeito, quero dizer que não se discute...

(NÃO IDENTIFICADA) – Cada um tem o direito de ser filiado aonde quiser.

O SR. BRUNO CAETANO – Não se discute no PL a data da volta às aulas, porque é evidente que não se pode fixar em um texto de lei uma data.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vão, agora, fuçar a vida de todo mundo? É absurdo.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Alguém pediu a palavra, aí? A palavra não

está dada, agora. Por favor, a palavra é do Secretário. O mínimo de educação e respeito, por favor! Vocês têm de ouvir. Se a senhora não quer ouvir, há quem queira ouvir a resposta que precisa ouvir. Os Vereadores precisam da resposta do Secretário. Por favor! Que falta de educação é essa? Secretário Bruno Caetano...

O SR. BRUNO CAETANO – Fiz uma fala bastante econômica, aqui, no começo, justamente para privilegiar o debate e ouvir todos com atenção. Então, eu pediria que pudesse também ser ouvido de maneira muito rápida.

- Manifestação simultânea.

A SRA. JULIANA CARDOSO – O senhor está sendo desrespeitoso, Secretário.

O SR. BRUNO CAETANO – Quero dizer, também, que o projeto de lei, como eu já disse anteriormente, não esgota todos os assuntos, porque há matérias que não necessitam de lei. Não precisa constar no projeto de lei, por exemplo, autorização para fazer reforma de escolas. Estamos fazendo 504 reformas. Não precisa constar do projeto de lei autorização para chamar concurso, porque a legislação maior já nos garante essa prerrogativa. Então, é preciso ter uma exata compreensão do que é o processo legislativo e de que tudo o que está no texto de um projeto de lei – e, depois, de uma legislação – importa. Portanto, projeto de lei não é uma carta de intenção ou uma coleção de intenções. Ele dialoga com toda a legislação pertinente, a legislação vigente. Então, não é preciso haver no projeto de lei as questões mencionadas aqui pela Prof. Camila, mas nem por isso a Secretaria vai deixar de cuidar dessas questões – como eu já mencionei aqui, da própria chamada de concurso e, também, da realização das obras necessárias, as reformas que seguem em curso.

O Prof. Vagner diz que esse projeto tira recurso da escola pública. Não é verdade. Inclusive, concordamos, apesar de ser, do ponto de vista da técnica legislativa, absolutamente desnecessário, porque a Constituição já proíbe que se utilizem recursos da Educação, da vinculação, para a compra de vagas em escolas privadas, mas, nesse aspecto, não há nenhum problema de acrescentarmos, como eu já disse aos Vereadores Claudio Fonseca e Caio Miranda Carneiro, uma emenda ao texto para deixar claro que a eventual, urgente e

extraordinária aquisição de vagas não será feita com recursos da vinculação.

Quero dizer à Célia do Sinpeem que muitas das coisas que eu já mencionei aqui ela também repisa na sua fala. Quero dizer que não concordo com a fala de que existe uma máfia na Secretaria de Educação com os nossos CEIs, que são parceiros. É preciso compreender o significado da palavra “máfia”. Nessa gestão, não! Desde que o Prefeito Bruno Covas assumiu, não! Porque máfia pressupõe que o Poder Público está compactuando com ilicitudes. O que se teve, o que se tem e o que sempre vai ter nessa gestão é fiscalização. Não por outra razão, desde que a gente assumiu foram 232 creches descredenciados por não haver absolutamente nenhuma compactuação com qualquer ilicitude, com qualquer mal feito, mas não se pode também criminalizar trabalho social nesta Cidade. A rede parceira presta, prestou e vai continuar prestando um excelente serviço para a cidade de São Paulo, especialmente para as nossas crianças. Não é justo, não é correto criminalizar o trabalho social...

- Interrupção por manifestação.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Continue, Secretário, por favor.

O SR. BRUNO CAETANO – Não é correto, não é justo, porque a maioria, quase a totalidade, dessas organizações sociais presta e prestou um grande serviço, não só nesta gestão, inclusive nas gestões anteriores onde essa rede parceira cresceu e tem crescido para atender as crianças, assim como a rede direta também presta um excelente serviço. E todas as redes formam uma rede só, que é a Rede Municipal de Educação. É uma única rede. Não somos duas, não somos três, e temos muito orgulho dela, de todo o trabalho que é desenvolvido dentro da rede pública na cidade de São Paulo.

Vereador Caio Miranda, agora para ser mais objetivo em relação à vossa manifestação. Concordamos com o aditamento do texto, do parágrafo 3º ao artigo 7º, para deixarmos claro, de que os recursos para a eventual aquisição de vagas junto às escolas de Educação Infantil de quatro a cinco anos, em instituições privadas, não saiam da vinculação da Educação.

Quero dizer também, Vereador Caio Miranda, o senhor fala da questão das EMElS da pré-escola, absoluta necessidade de fazer isso neste momento, não para fazer - como muitos aqui falaram - privatização ou qualquer tipo de negócio - essa palavra aqui foi empregada de maneira, absolutamente, desrespeitosa - mas, sim, para garantir o direito das crianças. A Rede Pública Municipal de Ensino Infantil de quatro a cinco anos foi universalizada em 2018. Até 2018, a gente tinha dez mil crianças na fila. E é importante, sim, neste momento, de maneira excepcional, pontual e limitada pelo próprio Poder Público, a 5% do total de vagas, termos a condição, sim, de adquirir essas vagas para garantir, não a sobrevivência de instituições de ensino - e respeito a fala da mantenedora de uma escola particular. Mas o objetivo do projeto não é esse, o objetivo do projeto é garantir o direito das crianças e não compactuar com a volta da fila na pré-escola.

Quero dizer também que há uma absoluta incompreensão de muitos interlocutores sobre a estratégia da Prefeitura, porque aqui não está se fazendo escolha radical de nenhum modelo. A Prefeitura segue ampliando a sua rede direta. Nesta gestão já foram 39 novas escolas, serão mais 24 até outubro e tem outras 46 com obras sendo iniciadas ainda neste ano, rede direta, ampliação. E faço de novo uma fala ao Sedin, que duvidava de que a gente ia ter esses novos CEIs da rede direta. Está aí. Promessa cumprida. O Sinpeem também nos pediu essa questão e a rede direta está sendo contemplada nessa ampliação.

Portanto não há escolha radical de nenhum dos modelos. O que há é absoluta responsabilidade com a Educação das nossas crianças. É preciso oferecer vagas para todos e a Prefeitura de São Paulo não vai descansar enquanto tiver uma única criança na fila. E para isso é preciso ter senso de urgência, porque a infância passa e o direito dessas crianças precisa ser preservado agora, não é daqui a dois, três, quatro ou cinco anos num plano de obras, absolutamente, longínquo, para sermos realistas. Porque realizar uma obra tem um caminho crítico grande, e não deixamos de realizá-las.

Estamos fazendo o maior programa de reformas de escolas da história da Cidade, em todas as gestões anteriores foram reformadas 501 escolas, só neste ano foram 504. Que

desrespeito à rede pública é esse? Quando se reforma num único ano o maior número de escolas na história da cidade de São Paulo. Quando se entrega daqui a dois meses mais 24 novas escolas para a rede direta. Não há nenhum desrespeito com a rede pública. O que há é senso de responsabilidade.

Quero dizer também à Professora Laura, que também se manifesta partidariamente na rede social...

- Manifestações simultâneas.

O SR. BRUNO CAETANO - Eu não estou dizendo que vocês não têm direito...

- Manifestações simultâneas.

O SR. BRUNO CAETANO - Não tem nenhum desrespeito na minha fala...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Secretário, continua no seu tempo, por favor.

- Manifestações simultâneas.

O SR. REIS - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Secretário fez uma colocação sobre as redes sociais... Eu pergunto: a Secretaria de Educação tem um monitoramento de seus profissionais sobre a suas atividades nas redes sociais?

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) – Obrigado, Vereador Reis.

Continua com na palavra o Secretário Bruno Caetano. Se o senhor ainda achar importante responder, porque alguns Vereadores precisam ouvir suas respostas, Secretário Bruno Caetano. Vou pedir para retirar aqueles que estão aqui e não querem ouvir.

O SR. BRUNO CAETANO – Não há nenhum tipo de censura ou cerceamento. Basta que as pessoas assumam as suas posições. Só isso, não me escondo não. Eu nunca me escondi, aliás, todas as vezes que fui...

- Tumulto.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE – (João Jorge) – Por favor, a senhora não deve se manifestar

mais, eu vou pedir para a senhora se retirar. Por favor, agora é a hora de o Secretário falar. A senhora falou, me enganou, mentiu para mim aqui, e agora vai escutar, se não quiser escutar, a senhora vai embora.

- Tumulto.

- Manifestações simultâneas.

O SR. BRUNO CAETANO – Eu tenho o direito de terminar a minha fala, em respeito a todos que falaram. Não é correto, Prof.^a Laura, dizer que a Secretaria faz negócio, não é correto, é uma fala desrespeitosa, em minha opinião. Respeito a opinião da senhora, mas entendo como uma fala absolutamente desrespeitosa.

Quero desfazer uma fala também do professor Giannazi, é uma fala correta quando ele fala: “Sei lá quando vai abrir a escola.” Tem razão, nós ainda não sabemos, tem razão ele, nós não estamos marcando data para abrir, porque sempre condicionamos a abertura de escolas às condições de saúde. Então, nesse momento esse projeto de lei não marca data. Ele tem razão quando diz que “sei lá quando abriremos escolas”, porque nós vamos continuar, dia a dia, acompanhando os indicadores de saúde, para termos a condição e a segurança para quando isso for acontecer. Há também uma impropriedade na fala do Vereador Giannazi quando ele diz que as pessoas com deficiência, que os nossos alunos, nossos estudantes, não foram contemplados na estratégia de ensino à distância. Fizemos sim trilha de aprendizagem em braile, assim como também a trilha de aprendizagem em outras três línguas, pois temos muitos alunos imigrantes, filhos de imigrantes, e a Secretaria, a sua área pedagógica, pensou em todas as nossas crianças.

Quero dizer que não é correta a interpretação de que a Secretaria de Educação, ou mesmo o Conselho Municipal de Educação, estaria atribuindo aos pais a responsabilidade da volta às aulas. É preciso ter muita tranquilidade para compreender os argumentos que são fáticos, que são da realidade. Primeiro, o pressuposto é de que as escolas só serão abertas quando a saúde entender seguro, então antes disso não haverá abertura e os pais não têm poder de decisão sobre a saúde. Quem vai arbitrar esse momento é a saúde. O que existe, do

ponto de vista fático, é que, quando isso acontecer, não sabemos quando, os pais, aqueles que, mesmo assim, decidirem por não encaminharem os seus filhos às escolas, tem a sua disposição a legislação vigente, que autoriza um percentual de faltas aos seus filhos. Esse percentual de faltas chega até a 40% na educação infantil. Portanto, quando a saúde entender seguro abrir escolas, mesmo naquele momento, não sabemos de novo quando será, os pais poderão lançar mão dessa espécie de bolsão de faltas, e não mandar os seus filhos para escola.

Portanto, eu pergunto aos senhores, qual seria a melhor postura do poder público nessa situação?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Isso se aplica de zero a três?

O SR. BRUNO CAETANO – Ao não mandarem os seus filhos irem para escola, a Secretaria atribua faltas a essas crianças e com isso a gente deixar de garantir a segurança alimentar desses estudantes e as aulas à distância? Ou seria mais adequado darmos essa decisão às famílias que, queiram ou não, o poder público em qualquer esfera de governo, seja na rede pública municipal, seja na rede pública estadual, já está nas mãos dos pais por esse benefício da legislação. Eu entendo que o melhor é regulamentarmos. Não para o poder público lavar as mãos, mas pelo contrário, para o poder público continuar tendo a condição de auxiliar esses estudantes que continuarão em casa por decisão das suas famílias. Mesmo quando a saúde entender seguro.

Por fim, para terminar, eu quero fazer uma fala muito respeitosa ao Vereador Suplicy, dizer a ele que estamos fazendo um grande programa de reformas de escolas, são 504, a questão dos contratos de limpeza sim, já estão ajustados, evidentemente que os aditamentos não foram assinados, porque seria um desperdício de recurso público nesse momento, porque as escolas permanecem fechadas, mas no momento imediatamente anterior à abertura de escolas esses contratos, esses aditamentos, serão assinados para que a Prefeitura não tenha gasto adicional com as escolas fechadas.

Quero aqui fazer uma fala também ao Vereador Turin, dizer a ele que podemos sim

agendar, podemos sair daqui com uma reunião já agendada.

Digo que o projeto Mais Educação Infantil não é o *voucher* nós fomos contra um programa de *voucher*, já pude dizer isso longamente na sessão anterior, não vou repetir aqui os argumentos.

A Margarida que nos antecedeu já foi contemplada nas minhas respostas em relação aos pontos.

E, por fim, o Vereador Reis, quero cumprimentá-lo porque ele é autor de um projeto de lei muito parecido ao que o Executivo encaminhou, autorizando a Prefeitura de São Paulo a distribuir um crédito para a família adquirir uniforme e material escolar, então dizer que pensamos nesse aspecto da mesma forma. E dizer também ao Vereador Reis que muitos projetos, ainda na gestão anterior, assinados por Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, já previam a aquisição emergencial de vagas, especialmente, no ensino infantil, junto às redes filantrópicas e privadas. Então, imagino que em certo aspecto já pensamos de maneira muito parecida, ainda que o senhor tenha mudado de opinião nesse momento.

Uma última fala de muita tranquilidade aos pais que estão nos assistindo e aos estudantes que nesse momento não se marca data de retorno às aulas. O que se faz neste momento é absoluta preparação da Secretaria Municipal de Educação para que quando a saúde entender seguro, possamos voltar com toda a segurança e com toda a tranquilidade para os nossos professores, educadores, pais e a sociedade. Muito obrigado.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Jorge) - Obrigado, Secretario Bruno Caetano.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.